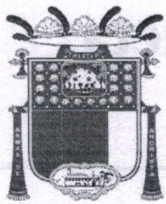


Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 8ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA, REALIZADA EM 21

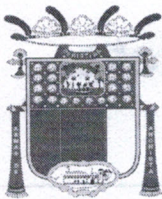
DE MAIO DE 2019. Às dezoito horas do dia vinte e um de maio do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, que iniciou, sob a presidência do Vereador Cleber Oliveira da Silva, que após ter declarada aberta a sessão, solicitou que se fizesse a chamada dos senhores vereadores, onde se verificou a presença de todos. Após, o Sr. Presidente, submeteu à votação da ata da sessão ordinária anterior do dia 14/05/2018, que foi aprovada por unanimidade. Após, foi lido o material do expediente, onde constava: 1) Indicações n°s 291/2019, 304/2019 e 310/2019 de autoria do vereador Zé Maria; 2) Indicações n°s 292/2019, 293/2019 e 294/2019 de autoria do vereador Serginho; 3) Indicações n°s 295/2019, 314/2019, 315/2019 e 316/2019 de autoria do vereador Renato Lorencini; 4) Indicações n°s 296/2019 e 297/2019 de autoria do vereador Professor Robinho; 5) Indicações n°s 298/2019, 306/2019, 307/2019 e 308/2019 de autoria do vereador Cleber Pombo; 6) Indicações n°s 299/2019, 301/2019, 302/2019 e 303/2019 de autoria do vereador Richard Costa; 7) Indicação n° 305/2019 de autoria do vereador Alexandre Assad; 8) Indicação n° 309/2019 de autoria da vereadora Tereza Mezadri; 9) Indicações n°s 311/2019, 312/2019 e 313/2019 de autoria do vereador Tássio Brunoro; 10) Indicação n° 317/2019 de autoria do vereador Beto Caliman; 11) Requerimentos n°s 43/2019 e 44/2019 de autoria do vereador Tássio Brunoro, que foram aprovados por unanimidade; 12) Requerimento n° 45/2019 de autoria dos vereadores: professor Robinho, Beto Caliman e Geovane Meneguella, que foi aprovado por unanimidade; 13) Moção n° 53/2019 de autoria da vereadora Tereza Mezadri, que foi aprovada por unanimidade; 14) Moção n° 54/2019 de autoria do vereador Tássio Brunoro, que foi aprovada por unanimidade; 15) Moção n° 52/2019 de autoria do vereador Serginho, que foi aprovada por unanimidade; 16) Requerimento verbal de autoria do vereador José Maria Brandão ao Secretário de Administração, bem como ao Secretário de Finanças, para que forneça a este vereador todos os documentos que comprovem o pagamento dos transportes escolares nos últimos seis meses. O requerimento foi submetido a votação e aprovado por unanimidade. 17) Ofício Tribuna Livre n° 5/2019 – solicitação para uso da tribuna livre do Sr. Fernando Lírio Santana para tratar de assuntos políticos deste município (NÃO COMPARECEU). Após a fala do Sr. Ademar Pereira, o Sr. Presidente passou a hora destinada aos senhores oradores, que de acordo com artigo 193, item V do Regimento Interno, passaram a fazer uso dos seus dez minutos de pronunciamento. **O primeiro vereador a fazer uso da palavra foi o vereador Geovane Meneguella** que cumprimentou a todos e disse que hoje dia 21/05, estamos a alguns dias da Festa Nacional de São José de Anchieta. Independente de religião, se há uma coisa que concordam é que a história do Padre José de Anchieta é incontestável. E essa história pode mover milhares e até milhões de pessoas. Festa esta, essencial para se promover o turismo religioso. E se tem algo que em cada canto desta cidade as pessoas comentam e perguntam é: “Anchieta tem um santo e nada acontece”. E de fato, com este governo que está aí, nada vai acontecer. Afirmou. Estamos a alguns dias da festa nacional e não sabemos nem se vai ter festa. O Santuário por sua vez, fez o seu papel, divulgou a programação religiosa. Mas a festa cultural, até hoje não temos notícias. E pergunta: como é possível promover o turismo religioso se nem o básico do básico, o essencial, que é estar divulgando a principal festa, os eventos com antecedência o município não está tendo capacidade de fazer isso. É impossível promover o turismo com



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

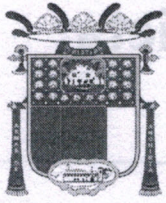
tanto amadorismo. Falou que recentemente tiveram em Iriri, a V Festa da Paixão Capixaba, um evento consolidado, que atrai muitas pessoas ao balneário. A associação que organiza o evento sentou com a prefeitura, que garantiu que iria dar o apoio que sempre foi dado. E dois dias antes, a prefeitura foi dizer para eles que não teria estrutura. Mas se não querem ajudar, que não atrapalhem, porque se tivessem comunicado a associação com antecedência, como outras vezes, a associação iria se reunir com os hoteleiros, com os comerciantes e iria se virar, e fazer um evento de qualidade. É necessário que tenhamos consciência de que com esse amadorismo que vem administrando o município não vamos promover economia nenhuma. Nenhum segmento de nossa economia irá conseguir se alavancar e o turismo é o reflexo disso. Essa falta de planejamento, esta falta de gestão, está fazendo com que as pessoas percam oportunidade. Precisamos de profissionalismo se quisermos promover esse segmento tão importante para o nosso município. Pediu ao governo que se planeje melhor, se organize melhor. Se não for fazer nada, diga com antecedência. Mas não dá para chegar aos quarenta e sete do segundo tempo e fazer as coisas improvisadas. E ainda sobre o quesito promoção, disse que foi lido hoje um convite feito por este vereador, pelo vereador Robinho e pelo vereador Beto Caliman, com relação a essa mudança que houve do cartão auxílio alimentação. Saindo de Policard para Lecard. E que muito foi pedido por estes vereadores, inúmeras indicações, requerimentos, conversas foram feitas pelo governo para que buscasse outra modalidade de licitação, que não fosse com taxa negativa. Disse que a empresa vencedora que vai administrar agora o cartão de auxílio alimentação do município, ganhou com uma taxa negativa de 5.4 (cinco ponto quatro), isto quer dizer que tudo o que município movimentar financeiramente durante um mês, com relação a auxílio alimentação, ela tem de pagar ao município 5.4% (cinco, virgula, quatro por cento) sobre o valor que estiver movimentando. O resultado disso é que a Policard cobrava dos maiores empreendimentos, dos maiores supermercados do nosso município uma taxa em torno de 2% (dois por cento), e hoje, a Lecard quer cobrar 7% (sete por cento). Aos pequenos, a taxa girava em torno de 5 (cinco) a 6% (seis) e hoje, a Lecard quer cobrar 12 (doze) a 15% (quinze). Dessa forma, estão simplesmente querendo matar o comércio de Anchieta. Não dá para aceitar uma empresa vinda, explorar o comércio desta forma. Não vamos gerar oportunidades e negócios nunca, deste jeito. Então, vão discutir com o governo, com os comerciantes, qual o caminho para acabar com isso. Certo que isso é inaceitável. Fica pensando o que seria de nossa cidade se nosso Prefeito não fosse empreendedor. Se com o Prefeito empreendedor, o turismo, a agricultura, os comércios estão sofrendo deste jeito, imagina se não fosse. **Após, fez uso da palavra o vereador Renato Lorencini** que cumprimentou a todos. Iniciou falando que gostaria de retomar a sua fala da semana passada, mas para esclarecer alguns pontos que entende e que parece que para algumas pessoas não ficou claro. Sobre o projeto de lei nº 37/2017 de autoria do Poder Executivo que se encontra nesta Casa, que trata da produtividade dos fiscais, dos servidores que trabalham nesta área e dos fiscais tributários. Falou que esta lei é de 99. E o ex Prefeito em 2014 manda um projeto de lei para esta Casa alterando o percentual, que naquele momento, na lei de 99 era de 6% (seis por cento). Setenta por cento para o fiscal que atuava e trinta por cento para divisão do restante dos fiscais. E em 2014 temos uma alteração na lei, encaminhada pelo ex prefeito, passando de 6% (seis por cento) para 1% (um por cento) para cada auditor fiscal e que também na lei traz para os coordenadores e gerentes. Quanto este vereador disse aqui na sessão passada que, vinte e três pessoas receberam e podem continuar recebendo estas gratificações, falou sobre servidores. Então, temos dezenove



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

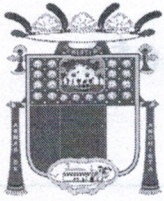
fiscais e mais quatro pessoas (gerentes, coordenadores). Se a lei é de 1% (um por cento) para cada fiscal, para coordenador ou gerente, são vinte e três por cento de qualquer gratificação, ou seja, esses servidores têm direito a 1% (um por cento) do montante que o município tem para receber. E foi bem claro aqui, dizendo que não estava retirando o direito a produtividade. Quem estava aqui semana passada pôde acompanhar. Não retiraram a produtividade dos fiscais, mas apenas limitaram. O fiscais continuarão recebendo gratificação. É um direito legal. Mas será moral? Hoje temos vinte e três, mas amanhã, nós podemos ter mais cinco dez fiscais, pode-se fazer um concurso e não vai ter fim? Então, o que está trazendo aqui é uma discussão. Estão limitando essa gratificação em dois salários do prefeito. Não está retirando a gratificação. Quer deixar bem claro. A gratificação permanece, porém, limitada a dois salários do prefeito. Disse que estão aqui para discutir as matérias, é para ajudar o Executivo a colocar este município para frente. É para pensar as políticas públicas para este município. Não podemos fechar os olhos e achar que tudo isso é normal porque é um direito. Ora, são vereadores, é um direito, mas também podem mexer na lei. Aliás, a principal atribuição desta Casa é legislar. Esta matéria é uma matéria concorrente e não está tirando nada de ninguém, não está aumentando despesa, só está limitando dentro do que o prefeito mandou para cá. Que caiu de 1% (um por cento) para 0,5% (meio por cento), e está limitando deste meio por cento à dois salários do prefeito. Quer deixar isto claro, porque recebeu e-mails. Recebeu até e-mail com nome fictício de um possível fiscal, que se chama Emanuel, mas foi ver na prefeitura e não tem nenhum servidor com este nome. Para dizer que este vereador estava achatando, que estava fazendo vexame as pessoas. Quanto a isso, o vereador Renato disse que está fazendo o seu trabalho, não citou nome de ninguém, não chamou ninguém dos nomes que estão falando pelas redes sociais. Não disse quer era vinte três milhões, disse que era vinte e três por cento que chegava, e se, acontecer o que está programado, poderia chegar em torno de dezessete, dezoito milhões. Agora o que as pessoas escrevem em seus telefones, em seus zap's e tudo mais este vereador não pode ser penalizado. O que falou está aqui repetindo, estão em suas mídias sociais. É só olhar lá o vídeo. A sua fala está lá. Foi claro, não destratou ninguém, não humilhou ninguém, não falou nome de ninguém, não chamou ninguém dos nomes que estão dizendo que falou. Simplesmente está aqui para trabalhar para o povo deste município. É legal, continua, não está retirando direito, mas precisam ter responsabilidade. Lá trás, tiveram responsabilidade quando precisaram suspender o ticket alimentação, precisaram suspender a legislação dos 3.8 (três pontos oito), porque o município naquele momento entendeu que tínhamos um cenário caótico. E está aí para todo mundo ver. E foram responsáveis. Não interessa deixar a coisa do jeito que está, não botar a mão e depois vir reclamar. Não era o desejo dos vereadores naquele momento fazer aquilo, que votaram naquele momento e retiraram um direito do servidor. Claro que não, mas também vê que com essa emenda que fez, que limita o teto do recebimento, podem voltar a discutir o ticket alimentação para os servidores comissionados e DT's, que tantos foram cobrados. Podem discutir, de repente, os 3.8 para os efetivos, e além disso, podem fazer investimentos no município de Anchieta, nas pessoas que precisam, seja nas cestas básicas, que não está faltando, mas podem ampliar, seja nas questões das moradias, das habitações, nas questões da saúde, enfim, podem ampliar esses investimentos com essa emenda que estão reduzindo e fazendo uma economia. Não está querendo ir para a galera, está querendo simplesmente ser justo. Acha que todos têm direito aos direitos, mas não podemos extrapolar. Disse ainda, que temos vinte e cinco por cento dessa população passando fome, desempregada. O



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

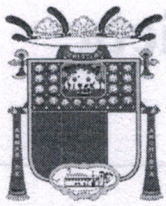
vereador disse que busca todo dia aqui, seja através das emendas, dos seus requerimentos, de suas indicações ajudar o Executivo a sair desse buraco. É isso o que faz aqui. Mas não podem se calar diante dessas injustiças. Pediu aos colegas, pois irão votar daqui há pouco este projeto, e que possam dar esse voto de confiança ao povo de Anchieta, que possam discutir esses direitos. E que o Prefeito vai ter a oportunidade a partir de agora, revisar esta lei. Vai encaminhar uma solicitação ao Prefeito pedindo tudo o que pediu aqui, bem como, que reveja esta legislação por um padrão mais novo. A partir de amanhã vai encaminhar esta indicação, e que os vereadores assinem para que possam encaminhar ao Executivo. **Logo após, fez uso da palavra o vereador Richard Costa** que cumprimentou a todos. Fez uma solicitação ao Secretário de Desenvolvimento para que providencie com urgência a limpeza das caixas coletoras, estas caixas plásticas de mil litros, uma vez que, algumas além de estar acumulando água e chorume, tem causado alguns transtornos para os cidadãos da nossa comunidade. Fez via indicação e faz também publicamente, porque vê tamanha demanda do município neste quesito. Disse que fez também uma indicação ao prefeito municipal, haja vista apresentação da ata da ultima da ultima sessão que está no portal da transparência do município, que o colega vereador Robinho trouxe a público sobre a adesão de ata de um município longínquo, mas de produtos que temos aqui. E o intuito desta indicação é solicitar ao Prefeito que uma vez que tenhamos o produto em nosso município, ao contrário de se fazer uma adesão de ata, que sabe que as vezes é mais rápido, que se programe e faça uma licitação e contrate o serviço. Que pelo menos dê oportunidade de contratação desse serviço das empresas do município, gerando emprego e renda para nossa população. Fez uma indicação também, e as vezes recebem críticas por algumas indicações, e é um homem que não tem medo de críticas. Está aqui para ser criticado. Não liga para elogios, mas gosta de críticas. E essa indicação é a respeito de isenção ode IPTU para novos empreendimentos na área de loteamento no município durante um período, durante cinco anos, pois quer beneficiar Anchieta. Sabe de pelo menos cinco empreendedores que tem interesse no município, mas ainda não o fez porque uma vez que se começa o loteamento, já se começa a cobrar IPTU do empresário e isso inviabiliza qualquer negócio. Buscou isso, porque os nossos vizinhos estão fazendo e levando os investimentos para lá. Então, devem ser propositivos aqui, tem tentado ser, embora muitas vezes é caluniado, ofendido. Pessoas que tem interesse de disputar o cargo, mergulham na lama e os chamam de leitões. Acha isso o cúmulo do absurdo. E ouviu essa semana que destruir é mais fácil. Ser propositivo é terrível, não é fácil. Então, recebeu a informação, e agradece ao jornalista Fabiano que fez um levantamento e ficou sabendo através de outro jornalista, de outra revista, pois estava no trânsito quando o Alex lhe ligou e falou que viu a informação que este vereador era o que mais apresentou proposições na Casa. Disse que sabe do trabalho dos colegas, e uma coisa que não abre mão, mas quer agradecer a Letícia, o Marcelinho do seu gabinete, e extensivo aos outros colaboradores de seu gabinete, pois não fez sozinho, mas uma coisa é fato, todas as vezes que entra naquele gabinete fala que estão lá para prestar o melhor serviço para a população. E dentre suas proposições, tentou implantar o Projeto de Olho em Anchieta que, era possibilitar o município, uma vez que não tem condições de contratar o serviço de vídeo monitoramento, usar os monitoramentos das residências e empresas do município para ajudar na segurança do município. Indicou, depois que viram que o projeto tinha vício de iniciativa, há um ano e meio, e ainda não aconteceu. Fez também a proposição para que o município recolhesse os carros, os veículos abandonados na via, e também tinha vício de iniciativa, então fez via indicação, depois um colega apresentou uma melhoria e passou, a



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

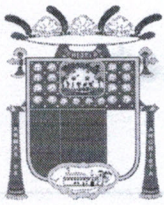
quem parabeniza. Fez ainda uma indicação para municipalização de trânsito. Tentou entrar com um projeto de lei e não conseguiu, para moralizar o trânsito de Anchieta. Falou que entrou com este projeto e sabe que não é um projeto popular, mas não está para ser popular, mas, para fazer o que acha que está correto. E deixa livre, que se qualquer quiser entrar nas proposições que fez, questionar, debater, está apto. Assim como lá trás, entrou com um projeto de lei aqui, que foi muito mal interpretado, que era a proibição do uso do aparelho telefônico nas unidades públicas, porque algumas demandas chegaram a este vereador sobre funcionários públicos que deixavam de atender a demanda do cidadão para ficar numa rede social, e isso não era só num departamento específico, mas muito na saúde. Entrou com o projeto. Debateu com Rosa, Aroldo e agentes de saúde. E a intenção do projeto era que aquele setor que fosse necessário o uso do aparelho, que o chefe do setor autorizasse o uso do aparelho. Mas algumas pessoas falaram que o vereador queria proibir o uso do telefone. O projeto também tinha vício de iniciativa e encaminhou ao Executivo, no intuito de melhorar o serviço público para a sociedade anchietense. Finalizou agradecendo aos colegas vereadores, os funcionários da Casa, principalmente aos procuradores, pois vira e mexe pede orientação se o projeto pode ou não tramitar, e tem sido de muita colaboração com o gabinete deste vereador. Agradeceu a todos e disse que seu gabinete continua de portas abertas a todos os anchietenses. **Após fez uso da palavra o Vereador Professor Robinho** que cumprimentou a todos e disse que muitos falam que este vereador é um vereador da oposição, pois às vezes critica, mas em alguns momentos quando vê coisas boas, está aqui também para parabenizar. Esteve semana passada em Jabaquara, numa inauguração de uma reforma de uma escola, por isso, parabeniza a administração em nome do Prefeito, bem como a ex Secretária de Educação Márcia Gonçalves que foi extremamente importante naquele processo, o Secretário atual que teve também seu papel ali e toda equipe da infraestrutura na pessoa do Secretário Léo Abrantes, que tem a cada dia surpreendido a frente àquela secretaria. Parabenizou ainda a comunidade de Jabaquara que brigou para que mantivesse a escola de pé. Disse que falará sobre outra situação, e aproveitou e fez um convite ao Vinícius Presidente da CDL para que possa estar acompanhando, e se possível, estar usando a tribuna para defender os comerciantes. Porque tem recebido em relação ao Lecard, pois no passado era Policard e hoje Lecard. A preocupação dos comerciantes e deles é em relação a taxa administrativa, que entendem que tem sido abusiva. Para alguns ela tem cobrado 2% (dois por cento), para outros 5% (cinco por cento), para outros 7% (sete por cento), para outros 12% (doze por cento) e para outros 15% (quinze por cento). Não tem ali uma isonomia, não tem um critério. E no edital, deixa algumas coisas claras. Por isso, convidaram através da Comissão de Finanças e Orçamento, para semana que vem, dia 29/05 as 15:00horas, o Secretário de Administração- Dr. Sebastian, para que possa explicar esses pontos. Perguntou: "Porque os nossos empresários estão sendo sacrificados?" Fala isso, porque, conforme a fala do colega vereador Renato, o mesmo mencionou que 25% (vinte e cinco por cento) da nossa população estão hoje em dificuldade, por falta de emprego. E se nós achatarmos ainda mais os empresários, a tendência é que aumentemos esse número. Hoje a administração tem de buscar uma forma de rever esses números para que os empresários consigam manter as pessoas trabalhando. É essa a intenção da comissão, de preservar o emprego dessas pessoas. Por isso, conclamou as pessoas para comparecer, para que no dia possa ouvir o secretário com as devidas explicações. Então, pediram que o Secretário venha munido de documentos que comprovem, desde o período licitatório se a empresa tinha estabelecimentos, conforme prevê o edital, credenciados no município. **Logo**



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

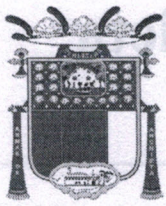
após, fez uso da palavra o vereador Alexandre Assad que cumprimentou a todos e iniciou falando que o funcionário público do município de Anchieta, a engrenagem principal que move a máquina pública anchietense amarga dias difíceis. Como a defasagem salarial que achata seu salário cada vez mais, e diminui seu poder de compra. E com a negação do Executivo municipal de pagamentos de direitos adquiridos no plano de cargos de salários do servidor público. Mas com essas defasagens o servidor público hoje tem dias cada vez mais tenebrosos. Não resta outra saída ao servidor, após buscar durante muito tempo o diálogo com o Executivo para que houvesse uma solução efetiva, mas não havendo sucesso com essas negociações, o funcionário não achou outra saída a não ser paralisar suas atividades. E no próximo dia 28 está marcada uma paralisação e um protesto por parte dos funcionários, que irão paralisar suas atividades por duas horas. E quer dizer aos servidores que podem contar com este vereador, que se fará presente no protesto. A pauta é justa, a bandeira é justa. Mas tudo isso poderia ser diferente, caso tivéssemos um governo que honrasse seus compromissos. Honrasse porque este mesmo governo que está e que protela a pauta do funcionário público, foi o governo que no processo eleitoral subiu no palanque e prometeu ao funcionalismo em estar revendo estas questões. Esse compromisso vem sendo assumido com o funcionalismo público e não está sendo cumprido. Então, não resta do funcionário hoje, outro tipo de atitude que não a paralisação. E não venha dizer que o governo não revê esta pauta pois não dinheiro no município de Anchieta. Essa é uma inverdade. Viemos de dois anos consecutivos de superávit orçamentário. Tivemos um orçamento em 2017 de duzentos e setenta milhões de reais. E em 2018, duzentos e cinquenta milhões de reais. Temos uma previsão orçamentária para este ano de duzentos e vinte milhões de reais. Então, não é preciso receber dinheiro de IPTU da Samarco para rever a pauta do funcionário público não. Se não pode rever tudo, que se reveja uma parte, mas dinheiro o município de Anchieta tem. Tanto tem que reajustou o contrato da empresa Globo que custa hoje seis milhões e meio por ano ao município em três ponto nove por cento. Tanto tem dinheiro que hoje o Secretário recebe ticket. Tanto tem dinheiro que o prefeito anda por todo o município cooptando lideranças políticas e oferecendo polpudas portarias com vistas ao projeto de reeleição. E se tem dinheiro para isto, tem dinheiro também para se rever a pauta do funcionário público. Falta é vontade política. Disse que o que na verdade o que está acontecendo no município de Anchieta é que este governo só tem a sua frente uma palavra: reeleição. Ano que vem será o ano dos milagres. Serão tantos milagres que fará inveja a São José de Anchieta, porque este governo infelizmente é um governo descompromissado com a população de Anchieta. Este governo só enxerga a sua frente uma palavra, um termo: reeleição. **Logo em seguida, fez uso da palavra o vereador Beto Caliman** que cumprimentou a todos. Iniciou falando que hoje quer homenagear o povo da Paraíba. Vai homenagear, aderindo uma ata de quase um milhão de reais. E vai homenagear com esse chapéu porque a prefeitura só sabe aderir ata. Aderiu a ata da Globo e agora, uma ata da Paraíba para comprar computadores a preço que não sabemos qual. Será que nosso estado e município não têm computadores com preços acessíveis? Porque temos que aderir a ata? É o meio mais fácil? O vereador Beto falou que uma ata é uma compra que se faz em um determinado município, e outras prefeituras do país adere, porque ali está a facilidade da corrupção, do dinheiro fácil. Disse que é séria esta denúncia que o vereador Robinho fez aqui semana passada em relação a adesão da ata. A adesão é para a Secretaria de Educação, Administração e o Fundo Municipal de Saúde. A ata é para pegar carona numa licitação feita por alguém. Foi publicada uma adesão de ata da Paraíba no valor de



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

oitocentos e oitenta e quatro mil reais. Em dezembro vai completar três anos de governo desta gestão, e até hoje não tiveram capacidade de fazer uma licitação. Os veículos da secretaria de saúde, segundo a secretária está em fase de licitação, depois de três anos, para manutenção. Estão contratando uma empresa para administrar os veículos para manutenção. O Prefeito com isso, quebrou um prestador de serviço nosso município que se chama Donizete. Ele está quebrado, está falido, porque tem que sujeitar pegar serviço de uma empresa que não está ainda em fase de funcionamento. O maquinário do nosso município está todo parado. Na oficina de Donizete tem veículos novos sem pneu, sem motor, por falta de manutenção. É realmente uma incompetência desta administração. Falou que vem aqui denunciando constantemente, mostrando os números da arrecadação do município. Disse que não vê urgência nenhuma para fazer a adesão desta ata. Disse ainda que, o Secretário Municipal de Educação aderiu a uma greve, e de uma maneira que parece aparelhada, o município de Anchieta que tem inúmeros problemas internos. E o Secretário aderiu a uma greve paralisando o município no dia 15. As crianças ficaram sem aula, sem creche e os pais ficaram desesperados. Noventa por cento dos professores de Anchieta não participaram desta greve. Quer saber qual foi o meio de transporte que o Secretário usou para levar esses professores para a greve. É uma greve de professores de universidades. Uma greve que não tem nada a ver com o município. Será porque o Secretário aderiu a essa greve? É só olhar no facebook dele e saberão a razão. E muitos pais foram no MP contra a ação do Secretário Municipal de Anchieta. Os professores de Anchieta são professores do município ou do governo estadual ou federal? Quem paga o município? E quem organiza o município? Será que o Secretário de Educação também vai fazer greve junto com o sindicato para reivindicar os 3.8 dos professores? Será que o Secretário vai fazer greve também em frente a prefeitura para reivindicar a reposição salarial? Será que vai fazer greve para reivindicar o ticket alimentação dos mais necessitados do município? Duvida que irá fazer. Mas, parar uma atividade escolar, ir para galera com meia dúzia de pessoas, fazer greve com recurso do município, isso ele sabe fazer. Exige do Prefeito que tome uma posição referente a isso. E acha que os vereadores devem acampar com ele esta demanda para cobrar do prefeito a posição do Secretário referente esta paralisação. **E pela ordem, o vereador Zé Maria** agradeceu a Secretaria de Infraestrutura por ter executado um serviço referente a algumas indicações deste vereador. E uma dessas, foi a reforma da escola de Jabaquara. Parabenizou também a comunidade de Jabaquara por ter recebido esta obra. Parabenizou a Secretaria de Infraestrutura, o Executivo e toda equipe pela execução esse serviço de tanta necessidade. Falou ainda sobre o ranking que cita alguns números de requerimentos, indicações e projetos de lei. E este vereador foi o segundo colocado no ranking de propositura nesta Casa, com 407 (quatrocentos) proposituras. Disse que se orgulha muito pelo que faz, infelizmente nem todas indicações que faz conseguem, mas as indicações não são jogadas fora, continua lembrando. Disse ainda que, se sente honrado em defender toda comunidade anchietense quando faz aqui suas indicações, seus projetos de lei e seus requerimentos. Convidou todos para participar no dia 29, da Palestra sobre Impactos da Lei Geral de Proteção de Dados que entrará em vigor no próximo ano. Após, o Sr. Presidente agradeceu a presença do Professor Roberto e assim, parabenizou todos os pedagogos, pois ontem foi o dia deles. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente passou para a Ordem do Dia e solicitou do Secretário que fizesse a chamada dos senhores vereadores. Em seguida, foi feita a leitura do material constante na **Ordem do Dia: Projetos em 1ª Discussão: 1) Projeto de Lei nº 5/2019 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento das feiras da**



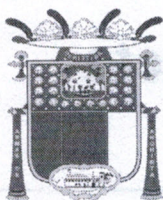
Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

agricultura familiar do município de Anchieta e dá outras providências, de autoria do vereador Renato Lorencini; 2) Projeto de Lei nº 17/2019 - “Declara de Utilidade Pública a Associação de Motociclista de Anchieta (AMOA)”, de autoria do vereador Richard Costa; 3) Projeto de Lei nº 18/2019 - Declara de Utilidade Pública Associação Comercial do Balneário de Castelhanos de autoria do vereador Richard Costa; 3) Projeto de Lei Complementar nº 6/2019 - Dispõe sobre a denominação de logradouro público e dá outras providências (Rua Vereador Pio Salarini), de autoria do vereador Renato Lorencini; 4) Projeto de Lei Complementar nº 7/2019 - Dispõe sobre a denominação do espaço dedicado à comercialização do artesanato e outras diversidades do município de Anchieta, de autoria do vereador Renato Lorencini; 5) Projeto de Lei Executivo nº 37 /2018 - Dispõe sobre alteração na lei nº 169/2004; 6) Projeto de Lei Complementar nº 9 /2018 - Revoga o parágrafo único do art. 47º da Lei Complementar nº 426/2017, de 16 de janeiro de 2007, que prevê a possibilidade de no período de recesso escolar, a secretaria municipal de educação convocar os professores para participar de atividades, voltadas ao aperfeiçoamento profissional, de autoria do vereador Geovane Meneguella.

Projetos em 2ª Discussão: 1) Projeto de Lei nº 22/2019 – Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção Animal do município de Anchieta-ES (SOS Matilha), de autoria do vereador Richard Costa; 2) Projeto de Lei Complementar nº 31/2018 – Dispõe sobre Parcelamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, alterando a lei complementar nº 123, de 31 de dezembro de 2002, de autoria do vereador Geovane Meneguella; 3) Projeto de Lei Executivo nº 20/2018 – Autoriza a realização de convênios de Cooperação com a Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo – ARSP.

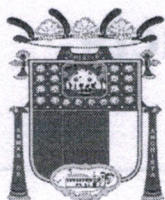
Em Única Discussão: 1) Projeto de Resolução nº 5/2019 – Dá nova redação ao artigo 260 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Anchieta es e dá outras providências, de autoria do vereador Beto Caliman. Após a leitura, o Sr. Presidente concedeu apalavra aos vereadores que desejassem se manifestar acerca dos projetos em discussão. Fez uso da palavra o vereador Professor Robinho dizendo que iria se manifestar em relação ao Projeto de Resolução nº 5/2019, porque analisando no sistema, este consta o parecer da Comissão de Justiça, e com a assinatura de um vereador. Então, ele não deveria ter sido pautado em uma única discussão. Tendo em vista o questionamento feito pelo vereador Robson, o Sr. Presidente submeteu à votação do Plenário, a retirada do citado Projeto de Resolução, que foi aprovado por unanimidade e retirado de pauta. Continuando, o vereador Robinho disse que tem outra situação que, às vezes tem uma comissão, a comissão de Legislação e Justiça, que dá um parecer favorável e na sua comissão dá um parecer contrário, e estão lá alguns projetos assim e é preciso que os demais companheiros deem o parecer lhe acompanhando ou divergindo. Só chamando a atenção dos seus colegas neste sentido, porque tem uns dois que se encontra na caixa sem movimentação por conta disso. E pela ordem, o vereador Renato fez uma discussão sobre o projeto de lei nº 5/2019, de sua autoria, que dispõe sobre a organização e funcionamento das feiras da agricultura familiar no município de Anchieta. Falou que este projeto já deu entrada no ano passado e que foi rejeitado. Então, se algum vereador tem alguma dificuldade, alguma questão que precise fazer o desdobramento do processo está à disposição. Para complementar, falou que a Câmara recebeu um ofício através do presidente da comissão de Direitos Difusos e Coletivos do Conselho Municipal da Agricultura de Desenvolvimento Rural – COMDER, que é a Secretaria executiva do Conselho, e exatamente naquele momento eles pediam que pudessem ter a possibilidade de vir até as comissões. E o conselho mandou este ofício para dizer que o referido projeto que



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

este vereador apresentou, foi discutido com os feirantes e com o Conselho Municipal da Agricultura. Não foi algo simplesmente de sua cabeça, mas foi muito trabalho e debatido para que tenhamos no município uma organização da feira da agricultura familiar. O que quer com este projeto, primeiramente, é dar prioridade para aos que vivem, moram e são da agricultura familiar do município de Anchieta. Segundo é no intuito de organizar a feira. E hoje não temos uma legislação que organize esta representação. Esse é o seu objetivo. E está à disposição dos vereadores para esclarecer as dúvidas. Após, o vereador José Maria falou que ainda existem vereadores com dúvidas, então gostaria que o sindicato e alguns agentes do poder público que enviaram este ofício possam estar presentes na próxima reunião, daqui há oito dias, e discutam na reunião das comissões com o restante dos vereadores para sanar todas as dúvidas a respeito deste projeto. E pela ordem, o vereador Robinho disse que acerca deste projeto, se forem consultar, deu um parecer divergente com o parecer da Comissão de Justiça, que só tem a sua assinatura, e não tem a assinatura de um outro colega. Se a comissão divergir tem que dois pareceres. Então, este projeto não deveria nem estar aqui em primeira discussão hoje, porque está pendente deste parecer. Pela ordem, o vereador Beto disse que está acontecendo este problema porque não estão acompanhando o sistema. Solicita aos vereadores que possa acompanhar o sistema, efetuar as assinaturas, porque não podem prejudicar a votação dos projetos. O Sr. Presidente disse que já que este projeto tem a assinatura do vereador Beto e do vereador Robinho irão dar continuidade ao projeto. Pela ordem, o vereador Serginho disse que em relação ao projeto de lei complementar nº 31/2018, de autoria do vereador Geovane, que trata a questão do ITBI, solicita ao vereador Geovane que faça uma emenda ao mesmo, somente para corrigir o art. 6º, retirando a parte que fala que será autorizada a lavratura da escritura pública e passar direto para: “será emitida a certidão de quitação para transferência no cartório de registro de imóveis”, uma vez que própria corregedoria já libera este ato. E não havendo mais vereadores que desejem se manifestar, passou-se aos projetos em votação. Em votação: 1) Projeto de Lei nº 19/2019 – Dispõe sobre alteração do art. 1º da lei municipal nº 1.170, de 17 de novembro de 2016, de autoria do vereador Professor Robinho, que foi aprovado por unanimidade; 2) Projeto de Lei Complementar nº 10/2019 – Dispõe sobre a denominação do ESF de Alto Pongal, de ESF “Ayub Alvarez”, ex vereador, ex funcionário da Câmara Municipal de Anchieta, e morador deste município, de autoria do vereador Alexandre Assad, que foi aprovado por unanimidade; 3) Projeto de Resolução nº 02/2019 – REVOGA o inciso XII do Art. 44, o Parágrafo Único do Art. 154, o § 2º do Art. 159, inciso X do § 3º do Art. 194, Parágrafo Único do Art. 196 e ALTERA o “caput” do Art. 154 da Resolução nº 04, de 14 de dezembro de 1990 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Anchieta e dá outras providências, de autoria dos vereadores Tássio Brunoro, Renato Lorencini, Richard Costa, Tereza Mezdri, Serginho, que foi aprovado por unanimidade; 4) Projeto de Lei Substitutivo ao Projeto de lei Executivo nº 37/2017 - Dispõe sobre modificação da lei municipal nº 341.1999. O vereador Beto Caliman solicitou ao Presidente a retirada da Emenda Modificava de sua autoria, alegando que está tendo conflito dentro deste projeto e espera que o mesmo seja devolvido ao prefeito para que faça o projeto da forma correta. Por isso, pede em votação a retirada de sua emenda. O Sr. Presidente submeteu o pedido do vereador Beto Caliman a votação do Plenário que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi colocada em votação a Emenda Aditiva de autoria do vereador Renato Lorencini ao Projeto de Lei Substitutivo ao Projeto de Lei nº 37/2017, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente submeteu a votação do Plenário o de autoria do




Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade com Redação Final. E, não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão. E, para constar, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada, juntamente com o Sr. Presidente e demais membros da Mesa Diretora desta Augusta Casa de Leis.

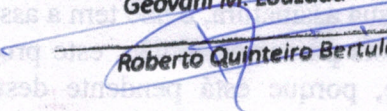
CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA MESA DIRETORA



Cleber Oliveira da Silva Presidente



Geovani M. Louzada Vice-Presidente



Roberto Quintero Bertulani Secretário